

## *Ideologia e Linguagem: Ontem e Hoje*

Danilo Marcondes  
Departamento de Filosofia  
PUC-Rio

*Há toda uma mitologia em nossa linguagem.  
Ludwig Wittgenstein*

A questão que nos foi proposta diz respeito à pertinência ainda hoje do *conceito de ideologia* e nos leva a indagar se este conceito pode efetivamente ser repensado de modo a fazer sentido e a ser relevante para o nosso contexto de pensamento. Ora, repensar o conceito de ideologia significa no meu entender repensar o conceito de *crítica da ideologia* que, por sua vez, deve ser repensado como *crítica do discurso ideológico*. Será este o sentido de minha proposta. Esta questão é particularmente interessante e oportuna para mim porque me permite retomar uma discussão iniciada nos anos 70 quando a discussão sobre o conceito de ideologia estava ainda em seu auge, levando-me assim a rever e a desenvolver uma reflexão que se encontra no capítulo 7, “Linguagem e ideologia” de meu livro *Filosofia, Linguagem e Comunicação* (Marcondes, 2001). Naquele momento, como atualmente, o principal desafio talvez seja propor um método de análise crítica do discurso ideológico.

### *I. Ideologia e crítica da ideologia na tradição filosófica:*

Para repensarmos hoje a questão da ideologia é preciso começar por rever a visão tradicional sobre esta questão. Não se trata mais assim de propor simplesmente uma retomada do conceito que tem talvez sua formulação principal em Karl Marx e que influencia fortemente o pensamento do século XX (vva., 2000, seção XV; Delacampagne, 1997, cap.4). Que caminho é possível de Marx até nós hoje quanto a esta questão?

O conceito de ideologia tem certamente uma história que remonta a muito antes das formulações de Marx. Com efeito, se entendemos a ideologia como um conjunto de crenças ilusórias que nos induz ao erro e nos impede de compreender os aspectos mais

fundamentais da realidade deste modo fazendo-nos aceitar com mais facilidade esses erros porque não percebemos suas causas nem a maneira como nos afetam, então talvez se possa considerar como sua primeira formulação a famosa “Alegoria da Caverna” de Platão. Na *República*, livro VII, Platão nos mostra como prisioneiros em uma caverna, que, como esclarece, somos todos nós, se encontram acorrentados, tendo seu olhar dirigido para sombras no fundo da caverna. Por impossibilidade de se moverem, estes prisioneiros as consideram como a única realidade. Essas sombras, diz Platão, resultam de imagens que os “portadores” tal como num teatro de marionetes exibem por cima de um muro por detrás dos prisioneiros e cujas sombras por efeito do fogo no lado oposto da caverna se projetam em seu fundo, consistindo naquilo que os prisioneiros efetivamente vêem. Temos aí o efeito ilusório já que os prisioneiros só têm acesso às sombras e as tomam como a única realidade, não percebendo sua origem nas imagens projetadas. Essa projeção pode ser vista como uma manipulação, daí a alusão ao teatro de marionetes, provocada pelos “portadores” (*República*, 514a), provavelmente uma referência aos inescrupulosos políticos atenienses e aos sofistas ao serviço deles<sup>1</sup>.

No início do pensamento moderno, encontramos na “doutrina dos ídolos” no *Novum Organum* ( seções 38-44) de Francis Bacon (1561-1626) uma formulação que também pode ser considerada como precedendo o conceito de ideologia. Bacon caracteriza os ídolos como ilusões ou distorções que “bloqueiam a mente humana”, idéias preconcebidas, hábitos, opiniões que herdamos da tradição e que aceitamos sem examiná-las. São quatro os tipos de ídolo para Bacon: da *tribo* (ou da espécie humana), da *caverna* (no que pode ser visto como uma alusão a Platão e que diz respeito a nossas características individuais), do *mercado* (ou seja, da sociedade em que vivemos) e do *teatro* (aqueles que incorporamos das teorias e visões de mundo de nossa época) (Japiassú, 1995, 48-51).

Embora o termo “ideologia” seja empregado pela primeira vez pelo iluminista francês Antoine Destutt de Tracy em seu tratado *Les éléments de l'idéologie* (1801-1807), contudo, é a visão de Marx que mais diretamente influencia a discussão sobre a ideologia no século XX. Podemos destacar a este respeito três textos fundamentais de Marx. A

---

<sup>1</sup> O texto da “Alegoria da Caverna” é um dos mais célebres e influentes da tradição filosófica e foi objeto de numerosos comentários e interpretações desde a Antigüidade (Pietre 1985, Nussbaum 2004).

*Ideologia Alemã* (1845-1846), publicado postumamente, em que encontramos a analogia com uma câmara escura em que as imagens aparecem invertidas (Kofman, 1973):

Em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura; tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.

Embora a idéia de “inversão” não se encontre ainda no *18 Brumário de Luis Bonaparte* (1852), Marx procura mostrar que o episódio histórico que opõe legitimistas e orleanistas não deve ser interpretado em termos de princípio, mas dos interesses dos grupos econômicos que estes “partidos” representavam, procurando assim “inverter” a interpretação histórica e política tradicional (Muñoz, 2004). E também no *Capital* (1864, livro I, D.4) no conceito de mercadoria como fetiche em que se ignora o trabalho como elemento que compõe o valor da mercadoria, deste modo obscurecendo este elemento determinante.

Segundo Marx (*Ideologia Alemã*), o obscurecimento da origem real das idéias na vida material da sociedade possibilita a reprodução das idéias dominantes em uma sociedade e conseqüentemente das formas de dominação nela encontradas que deste modo são aceitas, não estando sujeitas à crítica. Daí a famosa tese de que sempre num dado momento histórico as idéias da classe dominante são as idéias dominantes.

É esse o ponto de partida da discussão sobre a ideologia encontrada no século XX cujas principais correntes talvez sejam a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt que pode ser representada por Jürgen Habermas cujo texto “Técnica e ciência como ideologia” (1968) foi de grande influência e Louis Althusser com seu “Ideologia e aparelhos ideológicos de estado” (1970), também uma importante referência para essa discussão, mostrando como instituições como a escola e a Igreja contribuem para a reprodução das idéias dominantes de uma época em uma sociedade.

O conceito de ideologia é empregado na tradição de acordo com duas oposições. A primeira opõe *ideologia* à *ciência*, considerando a ideologia como resultado de um efeito de manipulação que gera ilusões e distorce a percepção da realidade, impedindo o conhecimento das verdadeiras causas dos fenômenos cognitivos e sociais. A ciência, no caso as ciências sociais (economia, ciência política, história, sociologia), ao contrário, seria o discurso que se orienta pela verdade e nos possibilita um conhecimento objetivo da

realidade. Devemos assim transformar o ideológico em científico. A segunda oposição se dá entre *ideologia* e *crítica* em que “ideologia” é definida em linhas gerais do mesmo modo como na primeira oposição; porém se opõe não mais à ciência, mas ao pensamento crítico. Com isso se abandona a pretensão a um discurso científico capaz de produzir uma verdade objetiva e definitiva sobre a realidade, inclusive social, uma “verdade absoluta”, sendo que a crítica da ideologia se dá através de um processo de desmascaramento dos valores e interesses subjacentes à cultura e às práticas sociais, contudo sem que se considere possível eliminar o efeito da manipulação ideológica de uma vez por todas, substituindo o ideológico pelo científico. A crítica da ideologia consiste, portanto, muito mais numa postura de questionamento e de exame de pressupostos de nossas crenças e ações do que numa tentativa de instituir um discurso científico neutro e objetivo, e, neste sentido, totalmente isento de elementos ideológicos.

O objetivo último no caso de ambas posições é a emancipação do ser humano da ordem social que possibilita a manipulação de valores, crenças e ações, portanto a crítica da ideologia é um instrumento do processo que deve levar à ruptura da reprodução desta ordem social e assim à legitimação das idéias dominantes. Até que ponto isto é possível é o principal desafio.

## *II. Discurso ideológico e o uso indireto da linguagem:*

Quando nos perguntamos se faz sentido, ainda hoje, a questão sobre a ideologia e sua crítica, sobretudo em tempos pós-modernos em que autores como Richard Rorty (1989, 1999) problematizam tanto a possibilidade de um discurso crítico que se orienta pela verdade, quanto a noção de racionalidade pressuposta pelo projeto de uma crítica da ideologia, creio que esta questão deve ser tratada situando a noção de ideologia no âmbito mais amplo da análise do discurso. Ao falarmos de ideologia estamos falando, portanto, de um *discurso ideológico*. Isso significa entendermos a crítica da ideologia como parte de uma *concepção pragmática de linguagem* (Marcondes, 1998, 2005). Pretendo recorrer a duas vertentes centrais para minha proposta de análise pragmática da linguagem: a *Teoria dos Atos de Fala* (Austin, 1962, Searle, 1969), com sua concepção de ato de fala e de uso

performativo da linguagem, e a filosofia da linguagem das *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein (1953) com sua noção de *jogo de linguagem*.

De que modo a análise pragmática da linguagem encontrada nessas filosofias pode contribuir para um método crítico do discurso ideológico? Sem pretender aqui apresentar a Teoria dos Atos de Fala, para o que remeto a outros textos (Marcondes 2001), destaco os conceitos de *performativo implícito* (Austin, 1990) e de *ato de fala indireto* (Searle, 1995, cap.2) como podendo ter um papel central para este propósito. A Teoria dos Atos de Fala, assim como os jogos de linguagem de Wittgenstein, nos mostram que o uso da linguagem é indissociável da ação realizada ao se proferir uma determinada expressão lingüística. “Chamo a totalidade da linguagem e das ações com que está entrelaçada de ‘jogo de linguagem’” (*Investigações Filosóficas* § 7). O mesmo diz Austin quando mostra que dizer: “Prometo...”, não é descrever a intenção de prometer ou externalizar verbalmente essa intenção, mas efetivamente realizar a promessa. Ao dizer “Prometo” o falante de fato *faz* a promessa. Além disso, quando analisamos a linguagem em um sentido pragmático vemos que nosso discurso é em grande parte incompleto, truncado, abreviado, indireto. Searle, desenvolvendo algumas idéias de Austin sobre o uso implícito de performativos, mostra que nem sempre usamos os chamados verbos performativos explícitos como “prometer”. Na maioria das vezes não empregamos esses verbos; por exemplo, posso dar uma ordem mesmo omitindo o performativo “ordenar”. Basta usar o imperativo, “Abra a porta” para que esta ordem tenha efeito, mesmo que “abrir” não seja um verbo performativo; não é necessário dizer explicitamente “Ordene-lhe que abra a porta”. Em nosso uso comum da linguagem são raras as ocasiões em que precisamos ser totalmente explícitos e detalhar o que dizemos, na maioria das vezes isso é simplesmente desnecessário. Mas, como funcionam os atos de fala indiretos? De que modo o que não é dito explicitamente, o que não é manifesto, pode constituir significado e ter força ilocucionária?

A noção de *ato de fala indireto* pode ser desenvolvida com o objetivo de interpretar o discurso ideológico como uma forma de uso indireto da linguagem com características específicas. Proponho distinguirmos dentre os atos de fala indiretos, três tipos gerais, ou melhor, três modos de funcionamento indireto da linguagem:

1) *Ato de fala implícito*: Quando dizemos uma coisa através de outra. Por exemplo, o convite feito através de uma simples asserção: “Há um bom filme no cinema da esquina”

com a força ilocucionária de “Você quer ir ao cinema comigo”, ou “Convido-o para ir ao cinema comigo” (Searle 1995, cap.2). Na maioria dos usos implícitos a força ilocucionária está implícita porque não é necessário explicitá-la. Falante e ouvinte compartilham o mesmo contexto, têm hábitos e práticas em comum, o que permite reconstruir sem dificuldade a força com que algo está sendo dito. Grande parte de nosso uso da linguagem consiste provavelmente em atos deste tipo, a familiaridade entre falante e ouvinte possibilitam isso.

2) *Ato de fala elíptico*: Tal como no caso anterior, o ato de fala elíptico obedece essencialmente a um princípio de economia. Trata-se de uma simplificação, uma vez que se torna desnecessária a explicitação da força tendo em visto o entendimento mútuo entre falante e ouvinte e os elementos contextuais que tornam a clara a força ilocucionária do ato realizado. Porém, diferentemente do ato de fala implícito, o elíptico consiste basicamente numa omissão, ou elipse, do verbo performativo: (Ordeno-lhe que/Peço-lhe que/Suplico-lhe que ) “Abra a porta!”

3) *Ato de fala oculto* (não-evidente, subjacente)<sup>2</sup>: É aquele no qual os elementos indiretos ou implícitos (verbos performativos, expressões valorativas, adjetivos e advérbios) não podem vir à tona nem serem ditos explicitamente sob pena do ato se auto-anular. Exemplos são: ironia, insinuação, lítotes, hipérbole e formas mais gerais de discurso (*macro atos de fala*, van Dijk 1977, cap.9) como barganha, suborno e extorsão. Nestes casos, a linguagem resiste à interpretação e não podemos reconstruir o ato sem fazer com que perca o efeito. Uma insinuação não pode ser feita de modo explícito, porque se transformaria numa ofensa ou numa agressão verbal; uma ironia explícita, deixa de ser ironia. Trata-se, portanto, de algo que só pode ser dito indiretamente. Ao contrário do que ocorre em (1) e (2) neste tipo de ato os elementos implícitos *resistem à interpretação*, não se deixam explicitar sem mudança, ou mesmo perda, de significado e de força ilocucionária.

Ao mesmo tempo, estes são também atos que se caracterizam pela possibilidade do *recuo*; ou seja, quando questionado sobre sua intenção, por exemplo, se estava sendo irônico, ou se pretendia insinuar algo, o falante sempre pode alegar que não teve nenhuma

---

<sup>2</sup> Esta terminologia ainda me parece insatisfatória. O termo “oculto” tem conotações indesejáveis e deve ser entendido no sentido apenas de não-evidente, não-manifesto. Talvez “subjacente” seja de fato a expressão mais adequada.

intenção ofensiva ou não estava insinuando nada, deste modo desculpando-se ou, mais propriamente, recuando do ato indireto, reformulando o ato realizado. Todo ato indireto deste tipo joga, portanto, com um certo grau de ambivalência. Ao ser instado a explicitar o ato, a torná-lo direto, o falante pode tentar alterar o efeito produzido. Este, afinal, o sentido da *desculpa*<sup>3</sup>.

Pretendo interpretar o discurso ideológico como um caso específico de (3), com características próprias, consistindo em uma forma de uso indireto da linguagem. Por exemplo, discursos como o do preconceito racial, “O índio é preguiçoso”, ou mesmo regional, “O caipira é atrasado”, possuem uma força explícita descritiva e, portanto, aparentemente relatam um fato ou descrevem uma característica objetiva de algo. Na verdade, possuem uma força subjacente diretiva e valorativa em um sentido negativo, dizendo “Trate o índio como preguiçoso”, “Trate o caipira como atrasado”<sup>4</sup>. Termos como “caipira” acabam adquirindo devido a este tipo de uso um valor negativo indissociável da palavra, sendo quase impossível empregá-la sem que isso ocorra, independentemente mesmo das intenções, crenças ou objetivos do falante. Trata-se assim de algo fora do controle do falante, como se a linguagem falasse através dele. Isto é, crenças, valores, interesses, preconceitos, existentes em uma sociedade e em uma cultura cristalizam-se na linguagem, veiculam-se através dela e direcionam a maneira de falar e de agir dos usuários desta linguagem. No caso dos exemplos acima temos na realidade um ato elíptico, em que a força diretiva do verbo performativo “Trate como” não é manifesta. Teríamos simplesmente um ato do tipo (2) se não fosse pelo fato de que esta explicitação encontra resistência. O que torna ideológico o uso desta expressão neste exemplo é precisamente que o falante não o reconhece como tal, mas pretende apenas afirmar algo objetivo, consensual, “o que todo mundo pensa”, ou “o que todo mundo diz”; a função ideológica opera assim através da ambivalência que todo ato indireto possibilita e que, nesses casos, oculta a força diretiva exibindo apenas a descritiva.

O uso ideológico da linguagem tem, portanto, três características chave que estão intrinsecamente relacionadas:

---

<sup>3</sup> Ver a este propósito a discussão de Austin (1979) acerca das desculpas em “A plea for excuses” (cap.8), sobretudo quanto aos aspectos éticos envolvidos no desculpar-se.

<sup>4</sup> Sobre o conceito de “linguagem diretiva”, ou “uso diretivo da linguagem” (“action-guiding”), ver Marcondes (1981).

- (a) o funcionamento subjacente ou indireto,
- (b) o caráter diretivo,
- (c) a resistência à explicitação.

O funcionamento dos atos de fala indiretos é explicado pela pragmática precisamente porque não se separam mais linguagem e ação, palavras e elementos contextuais. O significado das palavras resulta de seu uso nos jogos de linguagem, mas os jogos eles próprios não consistem apenas em palavras, ou signos verbais, mas em todo um conjunto de práticas, hábitos, elementos contextuais (por exemplo, objetos dotados de função simbólica como bandeiras, uniformes; signos não verbais de vários tipos) que são igualmente constitutivos do significado e da força ilocucionária. No caso dos atos indiretos, a força ilocucionária tem efeito porque os interlocutores compartilham um mesmo contexto, são capazes de reconhecer o papel destes elementos contextuais, têm crenças, valores, hábitos, e interesses em comum, formando o pano de fundo no qual suas ações são realizadas e seus efeitos obtidos.

### *III. Um método de análise crítica do uso ideológico da linguagem:*

Tem sido numerosas as propostas de análise crítica da linguagem na filosofia contemporânea, desde as herdeiras da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, como a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas (1981) até propostas que se desenvolveram na tradição francesa como as de Michel Pêcheux (1969) e Pierre Bourdieu (1982) e na tradição inglesa como as de Norman Fairclough (1989) e de Kress e Hodge (1979). O conceito de crítica pode variar bastante de uma dessas correntes para outra, muitas vezes com pressupostos teóricos muito diferentes. Minha proposta, apenas esboçada aqui, pretende partir das próprias concepções pragmáticas de análise da linguagem encontradas em Wittgenstein, Austin e Searle.

Explorando melhor a concepção de *jogo de linguagem* formulada por Wittgenstein (1953, §7 e seguintes) assim como a noção de regra constitutiva dos jogos, podemos desenvolver um método crítico que consiste na explicitação da regras e no esclarecimento dos objetivos e propósitos dos jogos. Um dos sentidos primordiais de *crítica* consiste

exatamente na explicitação de pressupostos. Ora, os jogos dependem de regras, mais ou menos formais, mais ou menos explícitas, para seu funcionamento. Segundo interpretações contemporâneas, como a de Schauer (1998), podemos distinguir entre *regras de uso*, as regras operacionais propriamente ditas, e *regras de validação*, que permitem distinguir os lances válidos dos não válidos, legitimando os usos. No processo de explicitação realizado pela análise crítica deve ser possível revelar a força subjacente dos atos, por exemplo, explicitar que em determinadas circunstâncias insinuar é uma forma indireta de acusar, ou que uma aparente descrição consiste de fato numa discriminação. Uma análise crítica deve, sobretudo, passar do nível do entendimento operacional das regras de uso para o questionamento das regras de validação, examinando assim seus vínculos com valores e interesses que na maioria dos casos permanecem subjacentes. Mais ainda, ao examinar este tipo de regra a análise crítica deve possibilitar a consideração de mudanças e de alternativas. A ideologia, enquanto discurso dogmático, vinculado a valores e interesses, não admite alternativas e neste sentido resiste a este tipo de questionamento e de exame crítico.

A análise da linguagem pode ser entendida como *crítica* quando:

- (i) Busca *explicitar os elementos indiretos* no discurso que direcionam a ação dos usuários da linguagem, na maior parte das vezes à revelia destes; sem, contudo, pretender uma transparência total, algo de inalcançável;
- (ii) leva à *consideração de alternativas* às regras de validação, possibilitando a mudança dos jogos de linguagem e, em consequência, permitindo o questionamento de crenças, valores e interesses subjacentes a esses jogos.

Portanto, não se trata de opor um discurso ideológico a um discurso isento de ideologia, objetivo, transparente, plenamente sob o controle do falante e do ouvinte, um discurso “idealizado” por assim dizer e certamente inexistente. Mas, se trata de examinar o funcionamento ideológico do discurso nos momentos em que decisões devem ser tomadas, em que a falta de clareza cria impasses, em que conflitos entre visões de mundo emergem. É nesses momentos que a análise crítica da linguagem se faz mais necessária e pode contribuir decisivamente para o entendimento, a emancipação, a mudança nas relações sociais.

A base da concepção de um método de análise crítica da linguagem se encontra na concepção de que todo discurso tem uma *dimensão ética*, sendo o lugar em que o falante assume um compromisso perante o ouvinte. Ao eleger a promessa como performativo paradigmático, Austin (1990: 26-28) ressalta este aspecto. Todo ato de fala teria assim uma dimensão de promessa exatamente na medida em que assumimos compromissos com o que dizemos, geramos expectativas em nossos interlocutores a respeito de nossos atos e fazemos com que eles ajam de acordo com essas expectativas. O uso da linguagem tem assim um caráter contratual porque “damos a nossa palavra” ao dizer algo<sup>5</sup>. Ao darmos uma informação nosso interlocutor tem a expectativa de que tenhamos conhecimento do fato, ao prometermos criamos a expectativa do cumprimento da promessa, ao nos desculparmos nosso interlocutor nos atribui sinceridade no pedido de desculpas. Quando falhamos nossa falha causa não só ruptura na comunicação, mas quebra destas expectativas, e se isso se repete sistematicamente perdemos credibilidade, deixamos de ser interlocutores reconhecidos, não somos mais aceitos como participantes do jogo de linguagem. É neste sentido que não podemos romper totalmente com nossos compromissos e responsabilidades e sempre que usamos a linguagem em seus múltiplos sentidos, assumimos esta responsabilidade, ou melhor, ela nos é atribuída. É esta dimensão ética do uso da linguagem que nos possibilita em última análise o questionamento dos usos ideológicos tal como definidos acima.

Esta proposta esta apenas esboçada aqui. Há, sem dúvida um longo caminho a percorrer quanto à caracterização e ao desenvolvimento desta concepção metodológica. Mas creio ter ao menos delineado o que me parecem suas características mais fundamentais.

---

<sup>5</sup> Nas palavras de Austin (1990: 27), “minha palavra é meu penhor (*my word is my bond*)”.

*Referências Bibliográficas*

- Austin, John Langshaw (1979) *Philosophical papers*, Oxford, Oxford Univ.Press, 3a. ed.
- Austin, John Langshaw (1990) *Quando dizer é fazer*, Porto Alegre, Artes Médicas [*How to do things with words*, Oxford Univ.Press, 1962].
- Bourdieu, Pierre, (1982) *Ce que parler veut dire*, Paris, Fayard.
- Delacampagne, Christian (1997), *História da Filosofia no Século XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Fairclough, Norman, (1989) *Language and Power*, London, Longman.
- Habermas, Jürgen, (1981) *Theorie des Kommunikativen Handelns*, Frankfurt, Suhrkamp.
- Kofman, S. (1973) *Camera Obscura: De l'idéologie*, Paris, Galiléé.
- Kress, Gunther e Robert Hodge (1979) *Language as ideology*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Japiassú, Hilton (1995) *Francis Bacon e a Revolução Científica Moderna*. São Paulo, Letras y Letras.
- Marcondes, Danilo (1981) "Action-guiding language", *Journal of Pragmatics*, n.1.
- Marcondes, Danilo (1998) "The linguistic analysis of ideology: its relevance and its dilemmas" em Barbara Lewandowska-Tomaszczyk (org.), *Lexical semantics, cognition and philosophy*, Lodz, Lodz Univ. Press.
- Marcondes, Danilo (2001) *Filosofia, linguagem e comunicação*, São Paulo, Cortez.
- Marcondes, Danilo, (2005) *A pragmática na filosofia contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Muñoz, Yolanda Glória Gamboa, (2004) "Ainda a ideologia?", *Integração*, X, n.39, 2004, 357-364.
- Nussbaum, Martha, (2004) *A República de Platão: a boa sociedade e a deformação do desejo*, Porto Alegre, Ed. Bestiário.
- Pêcheux, Michel (1969) *Analyse automatique du discours*, Paris, Dunod.
- Piettre, Bernard, (1985) *A República, Livro VII, tradução e comentário*, Brasília, UnB.

Rorty, Richard, (1989) *Contingency, irony, solidarity*, Cambridge, Cambridge Univ.Press.

Rorty, Richard, (1999) *Philosophy and social hope*, London, Penguin.

Schauer, Frederick (1998) *Playing by the rules*, Oxford, Oxford Univ.Press.

Searle, John (1995) *Expressão e significado*, São Paulo, Martins Fontes.

Vários Autores (2000), *Un Siècle de Philosophie: 1900-2000*, Paris, Gallimard.

Wittgenstein, Ludwig, (1953) *Philosophical Investigations*, Oxford, Blackwell.

Van Dijk, Teun, (1977) *Text and context*, Londres, Longman.